

Parque do Abaeté desperta apetite de especuladores

Com o pretexto de proteger o Parque do Abaeté, o governo do Estado vem agindo de forma autoritária na transferência das famílias que ocupam a área, atendendo, na verdade, interesses dos grandes especuladores imobiliários. A denúncia foi feita ontem por representantes dos moradores, durante reunião na Câmara de Vereadores com a Comissão do Meio Ambiente, para discutir a implantação do Parque do Abaeté. 2º Caderno, página 1.

Abaeté vira filão imobiliário

Moradores acusam governo de favorecer especuladores ao retirar famílias que ocupam a área do parque

Preocupados com os rumos que o projeto de implantação do Parque do Abaeté estava tomando, os vereadores que compõem a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal se reuniram ontem com todos os órgãos envolvidos no projeto, inclusive representantes dos moradores da região em que será instalado o parque. Só não compareceram ao encontro os representantes da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder), que vem sendo acusada pelos moradores do Abaeté de estar agindo de forma autoritária na transferência das famílias que ocupam a área do parque.

Os moradores suspeitam que o governo do estado esteja utilizando a proteção da lagoa com pretexto para atender a interesses de especuladores, já que com a retirada das famílias pobres da região a faixa de terra vizinha à lagoa seria muito valorizada. "O governo trata os habitantes das invasões como uma ameaça à preservação do Abaeté, mas na verdade os verdadeiros invasores e predadores são os grandes grupos imobiliários e

o Hotel Quatro Rodas", protesta José Avelino, membro da Associação de Moradores de Nova Brasília.

Na reunião, a prefeitura expôs sua versão do projeto que será executado pelo Centro de Planejamento Municipal (CPM). Os moradores escutaram atentamente a explicação e aproveitaram para colocar os problemas que vêm enfrentando com a Conder. As famílias que estão sendo ou já foram transferidas afirmam que a Conder jamais procurou qualquer um deles para discutir o preço da indenização ou prazo da mudança. "Eles chegam, vão prendendo o logotipo da Conder nas casas que alegam estar na área do projeto, dão uma porcaria de indenização e mandam as famílias se mudarem em poucas semanas", conta Fernando Aranha, também membro da Associação de Moradores.

Das mais de mil famílias que ocupam a área do parque, apenas 317 poderão permanecer ali, de acordo com o projeto do governo do estado. As outras 700 famílias terão que arranjar por conta própria outro lugar para construir suas casas com os Cr\$

1 milhão que a Conder vem pagando, em média, pelas indenizações. "Falta um projeto habitacional para a reocupação do Abaeté. Tanto o governo quanto a prefeitura têm sido muito omissos. Eles não discutem entre si nem com a população, o parque tem dois projetos diferentes sendo executados ao mesmo tempo e nós ficamos no meio desse ping-pong", reclama Avelino.

A proposta dos vereadores Beth Wagner e Gilberto Gil para resolver o impasse criado entre a Conder e os moradores é a criação de um Conselho de Autogestão, que teria a participação de membros do Legislativo, do CPM, da Conder, dos moradores do Abaeté e da comunidade universitária ligada ao meio ambiente. "O parque tem que ser um projeto discutido e não impositivo como parece estar querendo o governo do estado. Para esse projeto dar certo é preciso haver consenso, e sozinho a Conder não vai conseguir nada", argumenta o vereador Gilberto Gil.